MINISTÉRIO DA SAÚDE CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE E POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE

PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE E-BOOK 5



MINISTÉRIO DA SAÚDE CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE E POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE

PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE E-BOOK 5



2022. Ministério da Saúde. Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: bvsms.saude.gov.br

Tiragem: 1ª edição - 2022 - versão eletrônica

Elaboração, distribuição e informações:
MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Gestão do Trabalho e da
Educação na Saúde
Departamento de Gestão da Educação na
Saúde
Coordenação-Geral de Ações Educacionais
SRTVN 701, Via W5 Norte, lote D,
Edifício PO 700, 4º andar
CEP: 70719-040 – Brasília/DF
Tel.: (61) 3315-3394

Secretaria de Atenção Primária à Saúde: Departamento de Saúde da Família Esplanada dos Ministérios Bloco G, 7º andar CEP: 70058-90 – Brasília/DF Tel.: (61) 3315-9044/9096

E-mail: sgtes@saude.gov.br

E-mail: aps@saude.gov.br

Secretaria de Vigilância em Saúde: SRTVN 701, Via W5 Norte, lote D, Edifício PO 700, 7º andar CEP: 70719-040 - Brasília/DF Tel.: (61) 3315.3874 E-mail: svs@saude.gov.br

CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo B, Sala 144 Zona Cívico-Administrativo, Brasília/DF CEP: 70058-900 Tel.:(61) 3022-8900

Núcleo Pedagógico do Conasems Rua Professor Antônio Aleixo, 756 CEP: 30180-150 Belo Horizonte/MG Tel: (31) 2534-2640

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha -Porto Alegre - Rio Grande do Sul CEP: 90040-060 Tel: (51) 3308-6000 Coordenação-geral:
Adriana Fortaleza Rocha da Silva - MS
Cristiane Martins Pantaleão - Conasems
Hélio Angotti Neto - MS
Hishan Mohamad Hamida - Conasems
Leandro Raizer - UFRGS
Luciana Barcellos Teixeira - UFRGS
Marcelo A. C. Queiroga Lopes - MS
Musa Denaise de Sousa Morais - MS
Roberta Shirley A. de Oliveira - MS

Direção técnica: Hélio Angotti Neto

Organização: Núcleo Pedagógico do Conasems

Supervisão-geral: Rubensmidt Ramos Riani

Coordenação técnica e pedagógica: Cristina Crespo Valdívia Marçal

Elaboração de texto: Simone Ferreira de Assis

Revisão técnica:
Andréa Fachel Leal– UFRGS
Diogo Pilger – UFRGS
Érika Rodrigues De Almeida – SAPS/MS
Fabiana Schneider Pires – UFRGS
José Braz Damas Padilha – SVS/MS
Kelly Santana – Conasems
Lanusa Gomes Ferreira – SGTES/MS
Michelle Leite da Silva – SAPS/MS
Patrícia Campos – Conasems
Rubensmidt Ramos Riani – SGTES/MS

Designer educacional: Alexandra Gusmão – Conasems Juliana Fortunato – Conasems Pollyanna Lucarelli – Conasems Priscila Rondas – Conasems

Colaboração:
Antonio Jorge de Souza Marques Conasems
Josefa Maria de Jesus - SGTES/MS
Katia Wanessa Silva - SGTES/MS
Marcela Alvarenga de Moraes - Conasems
Marcia Cristina Marques Pinheiro Conasems
Rejane Teles Bastos - SGTES/MS
Roberta Shirley A. de Oliveira - SGTES/MS
Rosângela Treichel - Conasems

Assessoria executiva: Conexões Consultoria em Saúde LTDA

Suellen da Silva Ferreira - SGTES/MS

Coordenação de desenvolvimento gráfico: Cristina Perrone — Conasems

Diagramação e projeto gráfico: Aidan Bruno – Conasems Alexandre Itabayana – Conasems Bárbara Napoleão – Conasems Lucas Mendonça – Conasems Igor Baeta Lourenço – Conasems

Fotografias e ilustrações: Biblioteca do Banco de Imagens do Conasems

Imagens: Freepik

Revisão: Núcleo Pedagógico/Conasems

Normalização: Delano de Aquino Silva – Editora MS/CGDI Valeria Gameleira da Mota – Editora MS/CGDI

Ficha Catalográfica

Brasil. Ministério da Saúde.

Política Nacional de Educação Permanente e Educação Popular em Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasília : Ministério da Saúde, 2022.
49 p. : il. – (Programa Saúde com Agente ; E-book 5)

 $Modo\ de\ acesso: World\ Wide\ Web: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_nacional_educacao_permanente_popular.pdf.\ ISBN\ 978-65-5993-337-2$

1. Educação Permanente em saúde. 2. Educação Popular em saúde 3. Vivências do Agente na Educação em Saúde. I. Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. III. Título.

CDU 614

Catalogação na fonte – Coordenação-Geral de Documentação e Informação – Editora MS –OS 2022/0461



Este é o seu *e-book* da disciplina Política Nacional de Educação Permanente e Política Nacional de Educação Popular em Saúde.

Nessa disciplina, você verá as diretrizes da Política de Educação Permanente em Saúde como estratégia do SUS para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores da área da saúde. Verá, também, os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Educação Popular em Saúde como ferramenta para o desenvolvimento de ações de prevenção e promoção da saúde no contexto das estratégias de saúde da família.

Esse conhecimento possibilitará que você aprimore a sua rotina de trabalho como Agente de Saúde.

Sempre que necessário, consulte este material. Acompanhe, também, as informações apresentadas na aula interativa e realize as atividades propostas para verificar quais assuntos foram bem assimilados.

Bons estudos!

LISTA DE SIGLAS

ACE | Agente de Combate às Endemias

ACS | Agente Comunitário de Saúde

APS | Atenção Primária à Saúde

CIB | Comissão Intergestores Bipartite

CIES | Comissões de Integração Ensino-Serviço

DF | Distrito Federal

EAB | Equipes de Atenção Básica

ESF | Estratégia Saúde da Família

PEEPS | Planos Estaduais de Educação Permanente em Saúde

PNCD | Programa Nacional de Controle da Dengue

PRO EPS-SUS | Programa para o Fortalecimento das Práticas de

Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde

SUS | Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO



Você saberia dizer como a **Educação Permanente** e a **Educação Popular** são praticadas no dia a dia dos serviços em saúde? Será que há um jeito certo de fazê-las acontecer? Há uma metodologia apropriada? Há uma pessoa responsável pela realização das ações?

Nossa! Quantas perguntas!

Para responder a essas e a outras perguntas que possam surgir, seria apropriado compreendermos que a **Política Nacional de Educação Permanente** apresenta orientações sobre como desenvolver processos educativos. Ela é voltada para os profissionais de saúde, pois leva em consideração o processo de trabalho como fator integrante do processo educacional. O curso técnico ACE e ACS, por exemplo, é uma prática de educação permanente.

Já a **Política Nacional de Educação Popular** é orientada pelos seguintes princípios: diálogo; amorosidade; problematização; construção compartilhada do conhecimento; emancipação e compromisso com a construção do projeto democrático e popular. Essa política é abrangente e muito apropriada para ser desenvolvida junto à população no seu processo de aprendizagem tão necessário para a saúde e a qualidade de vida.

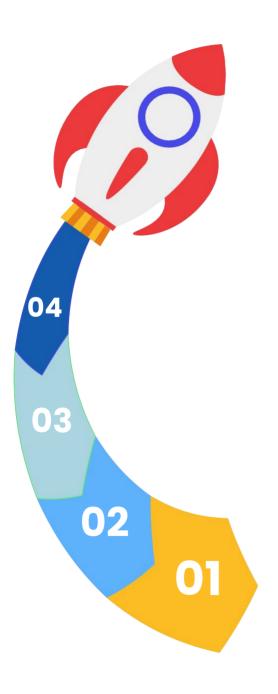


Podemos dizer que existem algumas formas de fazer Educação Permanente e Educação Popular. Essas formas são definidas mais pela metodologia utilizada para determinado processo de ensino/aprendizagem do que pela temática.

Isso é importante! Então, anota aí!

EDUCAÇÃO PERMANENTE

Leia o texto a seguir na direção do foguete, começando pelo número 1 e dando sequência até o número 4.



APRENDIZADO

A aprendizagem na Educação Permanente deve acontecer enquanto se trabalha, enquanto se estuda, enquanto estamos vivenciando.

EDUCAÇÃO PERMANENTE

A Educação Permanente em Saúde não pode ser um objeto ou um depósito feito por alguém, seja ele chefe ou técnico, na cabeça do Agente.

SABER

Sobre o saber, já dizia Paulo Freire (1987) em seu livro Pedagogia do Oprimido: "Na educação "bancária", o "saber" é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. "

CONHECIMENTO

Associar as diretrizes das políticas nacionais de educação popular em saúde às ações de prevenção e promoção da Saúde e às estratégias de organização da Atenção Primária à Saúde, especialmente, a Estratégia Saúde da Família.

ENTÃO, VALE REFORÇAR!

A educação permanente em saúde deve ser crítico-reflexiva pela problematização do dia a dia. Ela deve ter foco no ambiente e nos processos de trabalho e não pode ser realizada de forma transmissiva.

Por ser crítico-reflexiva, ela permite a interação e a participação num espaço de discussão sobre:





É fundamental, no processo educativo, que profissionais de saúde compreendam o problema e quais são as suas origens. Além disso, eles devem se esforçar coletivamente para desenvolver as soluções. Esse engajamento se consegue por meio de uma metodologia crítico-reflexiva que favorece a interação entre saberes distintos, complementares e importantes para a criação das alternativas de solução dos problemas cotidianos.

Como o ambiente e os processos de trabalho são únicos, em seus locais, não podemos nos apegar às receitas prontas, nem às experiências de outros. Temos que refletir sobre as nossas práticas e criar o caminho educacional mais apropriado ao ambiente de trabalho em um processo de aprimoramento e transformação.

Como o próprio nome diz, a Educação Permanente deve acontecer o tempo todo, principalmente, de forma orgânica. Assim, deve ser inserida nos processos rotineiros. Mas... Atenção! O fato de ser permanente e acontecer em todas as janelas de oportunidade do cotidiano do trabalho, não quer dizer que não deve ser planejada!

Este planejamento deve conter horários e temas!

Não podemos, também, considerar que tudo que se faz no trabalho é educação permanente em saúde. Para receber esse nome, ela deve ser planejada a partir dos problemas e dos recursos da própria equipe que se responsabiliza por suas demandas, sem aguardar definição de outros órgãos ou instituições.



A **educação popular em saúde** vem se desenvolvendo no Brasil desde a década de 70, por movimentos populares, e se confunde inclusive com a luta para construção e consolidação do SUS.

Se a perspectiva da educação popular, assim como a educação permanente, está fundamentada na teoria de Paulo Freire, e em suas perspectivas filosóficas e pedagógicas, ela traz como essência a construção de um diálogo. Certo?

E O QUE É O DIÁLOGO?



Todas as pessoas, de alguma maneira, têm um conhecimento sobre a saúde, um conceito ou uma cultura. Isso é que faz com que a gente se cuide de maneiras variadas.

No processo de educação popular, esses saberes informais se tornam o centro do processo em busca de construção e reconstrução contínua. Assim como os saberes científicos precisam ser ressignificados para que as pessoas possam de fato compreender e, eventualmente, construir novas formas de ser e saber, o mesmo acontece com o conhecimento informal.



O diálogo do bem viver pode ter a contribuição da educação popular.

E do que se trata esse diálogo?

A proposta é simples, viver de uma forma mais criativa, solidária e colaborativa. É no encontro com os sujeitos dos saberes e das práticas de saúde que os movimentos sociais acontecem e permitem a inclusão social. Desses movimentos, nascem propostas e projetos políticos quanto ao direito à saúde.

Veja este Manual que orienta para a questão do suicídio em povos indígenas.



Conheça o material na íntegra. Clique na imagem ou escaneie o código QR abaixo para fazer download do manual.





A educação popular em saúde pode trazer um benefício importante para a saúde das pessoas ao considerar que todos nós temos contribuições a fazer no processo de melhoria da saúde. No livro Pedagogia da esperança, Paulo Freire (1997) já trabalhava sobre a importância de trazer a palavra das pessoas para a cena, permitindo o empoderamento delas e das palavras. Isso fortalece a concepção de vida a partir de um olhar crítico da população para o seu contexto: olhar para a realidade de uma maneira completa e crítica, compreendendo os processos políticos, as questões culturais, e tudo que engloba a nossa vida.



Agora que você já sabe que a educação permanente e a educação popular em saúde exigem métodos apropriados pautados no respeito e no diálogo, vamos conhecer um pouco mais sobre a Educação Permanente em Saúde?





A Educação Permanente em Saúde é uma proposta educacional que se exerce no ambiente de trabalho, em que o ensinar e o aprender interagem-se num mecanismo harmônico e com efetividade.

Desde o século passado, já se impunha a necessidade de se capacitar profissionais de saúde para melhorar seu processo de trabalho e sua interlocução com a população assistida. Isso porque novas formas de cuidado foram introduzidas, novas doenças surgiram, foram criados novos fármacos e novas profissões apareceram como forma de melhorar o atendimento à população. Ou seja, desde sempre, é importante na área da saúde que se promovam ações educacionais para melhorar os conhecimentos e a prática no serviço.

Nesse aspecto, a Educação Permanente nos convida a discutirmos, cada vez mais e melhor, os processos de trabalho em saúde, ou seja, os aspectos que fazem parte do dia a dia do nosso trabalho. Este preparo técnico é de grande importância para a sua atuação junto à equipe.

Assim sendo, é importante conversar, dialogar com colegas e compreender que os aspectos do trabalho podem e devem ser discutidos, em conjunto, para se encontrarem alternativas e soluções viáveis para o exercício do trabalho em prol da comunidade de seu território.

Sendo essa a essência da Educação Permanente, vamos entender um pouco mais dessa política nacional, pois você, Agente, é, antes de tudo, um educador para as populações que você acompanha.

A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

Para discutirmos, a fundo, o significado da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, precisamos compreender a Educação Permanente como uma estratégia que fundamenta a política e tem como objeto os problemas e as necessidades que nascem do processo de trabalho em saúde.

A Educação Permanente incorpora o ensino, a atenção à saúde, a gestão do sistema, a participação e o controle social no cotidiano profissional em busca de mudanças na realidade do trabalho, tanto para quem trabalha no SUS quanto para quem faz uso dele.

Nesse sentido, a integração do conhecimento do ACS e do ACE é essencial para que se vejam problemas e necessidades da população e se formulem alternativas que venham ao encontro das soluções efetivas.

Assim, a qualificação e o aperfeiçoamento do processo de trabalho pensado e executado com o objetivo da melhoria do acesso, da qualidade e da humanização, na prestação de serviços, fortalece processos de gestão político-institucional do SUS, no âmbito federal, estadual e municipal.



E COMO SURGIU A PNEPS?

2004

A PNEPS foi homologada por meio da Portaria n.º 198 de 13 de fevereiro de 2004, que implantou a Política e criou os Polos de Educação Permanente em Saúde como espaço de gestão e articulação até 2006. Em 2007, foi publicada a Portaria n.º 1996/2007 que trouxe novas diretrizes para a implementação da Política.

2013

Ainda assim, as dificuldades na condução da política eram reais, principalmente pela dificuldade dos estados e dos municípios em executar os recursos federais destinados à PNEPS por conta das normativas e dos regramentos.





2007

A publicação da Portaria n.º 1.996/2007 proporcionou um avanço real, em busca de fomentar a condução regional da política e a participação interinstitucional, por meio das Comissões de Integração Ensino-Serviço (CIES).

2017

Em 2017, a Portaria GM/MS n.º 1996/2007 foi discutida por meio de um coletivo nacional e em várias oficinas regionais, com a participação de Estados e Municípios para a avaliação do processo de implementação da Política de Educação Permanente em Saúde e rediscussão da Portaria. Além disso, nesse mesmo ano, foi criado o Programa PRO-EPS-SUS por meio da Portaria GM/MS n.º 3.194/2017, com o objetivo de fortalecimento da qualificação profissional dos trabalhadores da área da saúde, para a transformação das práticas de saúde, em direção ao atendimento dos princípios fundamentais do SUS, a partir da realidade local e da análise coletiva dos processos de trabalho.



A princípio, o PRO EPS-SUS surgiu com a proposta de prover instâncias locais de apoio técnico institucional e financeiro aos estados e ao Distrito Federal, com repasses de incentivo de custeio para a elaboração de Planos Estaduais de Educação Permanente em Saúde (PEEPS) e, aos municípios e ao Distrito Federal, com repasse de incentivo para a execução de ações de educação permanente para as equipes de Atenção Básica.



SAIBA MAIS



Responsabilidades dos municípios

Informações disponíveis no <u>Manual Técnico 2018</u>

- <u>Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS PRO EPS-SUS.</u> Clique no *link* ou escaneie o código QR ao lado para fazer download do manual.

O QUE É IMPORTANTE SABER?

- Em linhas gerais, o trabalho do agente favorece o cumprimento das responsabilidades que o município considera para o planejamento das ações.
- A articulação das ações de educação permanente em saúde devem ser derivadas da equipe de saúde e assim direcionar as iniciativas de educação popular que o agente desenvolve no território.

Durante o curso Ser Gestor, recentemente ofertado na plataforma Mais Consasems, foi apresentado o <u>exemplo do município de Ipiranga do Norte – MT, na Aula 14.</u> Nesse município, reuniões das equipes multidisciplinares são promovidas para discutir a realidade do território com uma proposta de educação permanente o que gera novas propostas de atuação.

Observe que o acompanhamento e o monitoramento das ações desenvolvidas a partir da realidade permitem o aprimoramento contínuo dos serviços prestados à população, elevando a qualidade da assistência.

Clique <u>aqui</u> ou escaneie o código ao lado para assistir ao vídeo.





VAMOS NOS ATUALIZAR SOBRE O TRABALHO EM EQUIPE?

Como veremos neste curso, as atuais políticas de saúde, com a adoção do modelo de Atenção em Redes, fortalecem o trabalho em equipe. Esse trabalho deixou de ser um simples agrupamento de profissionais para ser um novo arranjo necessário para a saúde da população a qual esteja vinculado. Isso muda muito o processo de trabalho, pois estando em rede possibilita a responsabilização profissional pelo acompanhamento do Itinerário Terapêutico das pessoas que a ele buscaram em sua área de abrangência.

Você se lembra quais são as responsabilidades das equipes a respeito da formação e educação permanente em saúde?

Podemos desenvolver ações articuladas e integradas nos territórios sanitários, nos quais vocês são profissionais de saúde em destaque junto à população, de modo a buscar a saúde e a qualidade de vida, por meio de:



(a) Atendimento compartilhado para uma intervenção interdisciplinar, com troca de saberes, capacitação e responsabilidades mútuas. Isso gera experiência para profissionais que estejam no envolvimento com ênfase no estudo e discussão de casos, construção de projetos terapêuticos singulares, orientações e atendimentos conjuntos.

(b) Intervenções específicas com usuários e famílias, respaldadas por com discussões anteriores entre os profissionais responsáveis pelo caso, de forma que o atendimento responda às necessidades de saúde da população.





(c) Ações comuns nos territórios de sua responsabilidade desenvolvidas de forma articulada com as equipes de outros setores e/ou serviços. Aqui se inclui o desenvolvimento de projetos de saúde no território, apoio aos grupos, ações educativas, de inclusão social, enfrentamento da violência e junto aos equipamentos públicos.



E a Educação Popular? Do que se trata?

Para falarmos de educação popular em saúde, proponho que façamos um percurso importante nas políticas e conceitos do SUS.

Então, você já sabe, mas não custa reforçar!

A saúde como um direito de todos está presente na Constituição cidadã de 1988. Certo?!

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação.







Para saber mais, acesse o conteúdo: "Com apoio dos municípios, Polo indígena de MS tem o melhor desempenho de vacinação do Brasil". Ou, se estiver lendo este material no formato impresso, escaneie o QR acima. Você encontrará uma leitura agradável.

Agora que já perpassamos por vários conceitos e legislações, também é importante conhecer o conceito de cuidado. **Você já sabe do que se trata?**

O cuidado em saúde é uma ação integral e imperativa que deve permear as práticas de saúde incluindo o envolvimento e o relacionamento entre as partes. O cuidado deve ainda compreender o acolhimento a partir da necessidade de escuta do sujeito, respeito ao sofrimento e à história de vida de cada um.

Tudo bem até aqui? Então, vamos prosseguir!

Cuidado e cuidar são a mesma coisa? Não! Observe a seguir o que é cuidar.

Cuidar em saúde é: tratar, respeitar, acolher e atender o ser humano em seu sofrimento, mas com a qualidade e resolutividade de seus problemas. <u>Leia mais sobre o assunto.</u>



Já falamos sobre cuidado e cuidar em Saúde. Vamos falar, agora, sobre a PROMOÇÃO DA SAÚDE?

A promoção da saúde se refere às ações sobre os condicionantes e determinantes sociais da saúde, que buscam impactar de forma favorável a qualidade de vida. Por isso ela caracteriza-se, fundamentalmente, por uma composição intersetorial e intrassetorial, pelas ações de ampliação da consciência sanitária, direitos e deveres da cidadania, educação para a saúde, estilos de vida e aspectos comportamentais.

Você, Agente, tem uma grande responsabilidade com a saúde da população, pois, como vimos anteriormente, a nossa Constituição estabelece que a primeira e a segunda ação a serem feitas são a promoção e a prevenção a agravos e riscos à saúde. Essas são as essências de sua atuação.

Mais uma vez, a cooperação e o compartilhamento de suas ações são fundamentais para o benefício da saúde de quem você é responsável.

Vamos ver seus principais valores?





A equidade, a participação social, o empoderamento e a integralidade são os princípios fundamentais da Educação Popular em Saúde.

Agora que já fizemos esta maratona sobre princípios e conceitos em saúde, vamos conversar sobre educação popular?

Educação popular é uma prática voltada para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde a partir do diálogo entre diversidades de saberes.

Ela valoriza os saberes populares e acadêmicos, propondo sua junção em busca da ressignificação do pensamento popular, mas, desta vez, orientada pela Promoção da Saúde e cercada de disponibilidade, escuta e fala de quem participa.

Observe que em um cenário social em que cada qual possui uma visão de saberes e práticas diferentes, conviver em situações de reciprocidade e cooperação propicia a política nacional de educação popular no SUS. Seu compromisso é a universalidade, a equidade, a integralidade, e a efetiva participação popular no SUS.

Dentre os objetivos desta política, podemos destacar:

- Promover o diálogo;
- Trocar práticas e saberes populares e técnicos científicos no âmbito do SUS;
- Reconhecer e valorizar as culturas populares;
- Apoiar ações de educação popular na atenção primária;
- Assegurar a participação popular no planejamento, acompanhamento, monitoramento e na avaliação da política.





Para saber mais sobre a Educação Popular, acesse a obra <u>Educação popular, Equidade e Saúde</u>. Se estiverlendo este material no formato impresso, escaneie o QR code para fazer download.



Qual é o papel de quem é Agente nisso tudo?

Como já sabido, as pessoas vivem nos municípios e ocupam um determinado espaço geográfico que, muitas das vezes, não está totalmente adequado para prover o que está na nossa constituição: o direito universal e igualitário do cidadão à saúde. Esse direito só é usufruído de fato quando o cidadão, também, tem acesso a um meio ambiente equilibrado, com condições de saneamento básico, moradia e água potável condizentes com uma vida digna e com a saúde socioambiental. Fica claro, desse modo, que meio ambiente e saúde são temas completamente indissociáveis.

Não é de hoje que as relações entre população, recursos naturais e desenvolvimento têm sido objeto de preocupação social e, às vezes, provocam danos ambientais que colocam em risco a nossa própria sobrevivência. Mas os atores a colocarem nossa saúde em risco não são só os elementos de fora. Atualmente, a busca do ser humano por uma vida melhor está lhe trazendo doenças, problemas sociais e comprometendo seu futuro, inclusive do nosso próprio planeta. O sedentarismo e a obesidade são amostras de como estamos trazendo prejuízo a nossa saúde.



NESSE ASPECTO, PODEMOS TRABALHAR COM TRÊS PREMISSAS:

Tudo que faz bem à Saúde faz bem ao Meio Ambiente.

Tudo que faz bem ao Meio Ambiente faz bem à Saúde.

A promoção da saúde e o desenvolvimento sustentável com justiça social são as bases de um futuro com mais qualidade de vida.

Portanto, vocês, Agentes, que executam as políticas públicas por meio de suas ações junto à comunidade, devem relacionar a interação entre a saúde e os fatores do meio ambiente para condicionar e influenciar hábitos, atitudes e conhecimentos, com vistas a melhorar a qualidade de vida.

Exemplo disso é o Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD), que destaca a importância da mudança de percepção das pessoas acerca do ambiente, buscando, sobretudo, o envolvimento da população nos programas de controle. Dessa forma, uma das principais estratégias do PNCD é fomentar o desenvolvimento de ações educativas para a mudança de comportamento e a adoção de práticas para a manutenção do ambiente domiciliar preservado da infestação por *Aedes Aegypti* (BRASIL, 2002).

Consequentemente, é necessária a incorporação do ACE às atividades da Atenção Básica com o objetivo de fortalecer as ações de vigilância em saúde, além de reforçar a equipe de Saúde da Família atuando em conjunto e assim diminuindo os índices crescentes das epidemias no município. Sua atuação deve ser de forma integrada às equipes de atenção básica na Estratégia Saúde da Família, participando das reuniões e trabalhando sempre em parceria com o ACS.

Como estão em contato permanente com a comunidade onde trabalham, os agentes conhecem os principais problemas da região e podem envolver a população na busca da solução dessas questões.

Além disso, o ACE pode contribuir para promover uma integração entre as vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental, objetivando inclusive na obtenção de dados e informações que subsidiarão as ações conjuntas e integradas.





Ser Agente é protagonizar a promoção do acesso aos serviços de saúde, e suas intervenções devem priorizar as questões de saúde básica e vigilância em saúde que configuram as ações cotidianas do seu trabalho.

As investigações das possibilidades de riscos e doenças, a detecção de problemas, necessidades para a saúde e os procedimentos de tratamentos prescritos pela equipe a serem encaminhados são tarefas importantes na função de agente de saúde, uma vez que, através dessa intervenção, irá ajudar a melhorar os indicadores epidemiológicos de sua comunidade.

Você já consegue perceber que suas ações de agente de saúde não se restringem apenas às ações de saúde básica, nem sequer ao campo da saúde?

A população conhece quem é o Agente. Há um sentimento de amizade, vizinhança e até de confiança no auxílio, pois faz parte do um serviço público. E assim, facilita a comunicação e a apresentação das demandas de saúde, que podem ou não estar relacionadas a ações de saúde básica. Não é mesmo? As demandas que extrapolam a saúde básica são, muitas vezes, encaminhadas para outros serviços e não são reconhecidas como parte do trabalho do Agente, mas são parte da rotina.

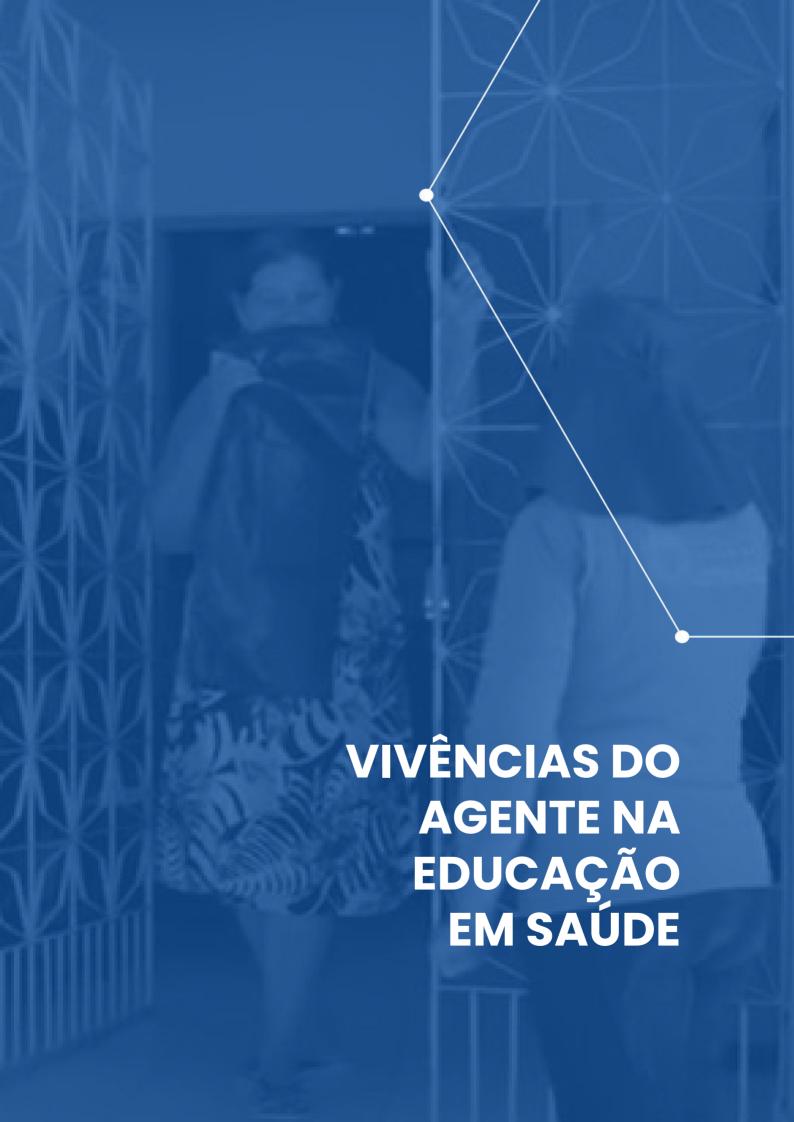
Dito isto, podemos concluir que ser Agente de Saúde é ocupar uma posição social estratégica para transformar o mundo em que se vive. Para L'Abbate (1994, p.4), o sujeito é

uma pessoa em busca de autonomia, disposta a correr riscos, a abrir-se ao novo, ao desconhecido e na perspectiva de ser alguém que vive numa sociedade determinada, capaz de perceber seu papel pessoal/profissional/social diante dos desafios colocados a cada momento.

Tudo bem até aqui? Passamos por conceitos e diretrizes importantes da Política Nacional de Educação Popular em Saúde.

Como fazer acontecer a Educação Permanente em Saúde para a equipe de trabalhadores e a Educação Popular em Saúde para toda a comunidade?

As produções cotidianas de Educação Permanente e Popular em Saúde são essencialmente feitas em conjunto. Nós estamos nos referindo a uma nova forma ou jeito de fazer. Para isso, devemos considerar a intenção de determinada ação educacional permanente ou popular. Todos os atores sociais envolvidos devem ser valorizados, inclusive, os saberes presentes no cenário do território em que a ação educacional acontece, pois o centro da ação será sempre as necessidades dos profissionais e da comunidade.



Inicialmente, é apropriado que você compreenda:

Educação Permanente

Apresenta orientações de como desenvolver o processo educativo.

> Voltada para os profissionais de saúde em serviço, pois considera o processo de trabalho como fator integrante do processo educacional.

Política
Nacional de
Educação
Permanente
em Saúde:
o que se tem
produzido para o
seu fortalecimento?

1º edição revisada

Educação Popular

Orientada pelos princípios do diálogo, problematização, construção compartilhada do conhecimento.

Desenvolvida
junto à
população no
seu processo de
aprendizagem,
necessário para
a saúde e a
qualidade de
vida da
população.



Você, Agente, produz a todo tempo relações com a equipe de saúde e/ou com a comunidade. Assim sendo, você tem na educação a base de seu trabalho, ou seja, trabalha educando.



Mas o que isso significa?

Significa que as relações que você vivencia no cotidiano de trabalho podem ser um encontro com outra pessoa que constrói conhecimentos.

Quem é essa outra pessoa?

Podem ser usuários, grupos da comunidade, outros trabalhadores de saúde, gestores, entre outras pessoas com as quais você compartilha o seu dia a dia de trabalho e trabalhadores de outras áreas, como educação.



Embora a educação seja a base do trabalho, o caráter educativo não é exclusivo do trabalho de quem é Agente. É importante que a educação esteja presente no trabalho de toda a equipe de saúde. Uma circunstância peculiar favorece esse processo educativo. Dela, deve-se tirar proveito para a realização de ações educativas.

Vamos ver a diferença do trabalho de quem exerce a função de Agente de Saúde no sentido educativo? Observe.

Ser Agente na equipe de saúde é ter maior proximidade da comunidade; é conhecer melhor as diferentes realidades que existem no território; é melhor compreender as dinâmicas que as famílias e as pessoas da localidade vivenciam.

Portanto, você tem um lugar privilegiado para entender, auxiliar e orientar a população, como também comunicar-se com ela, visando a melhoria da qualidade de vida daqueles com os quais você se envolve. Sua presença na comunidade é fundamental.

Seu trabalho é, ao mesmo tempo, exercido para comunidade e é da comunidade. Nesse passo, ao mesmo tempo em que aprende saberes técnicos, aprende também saberes populares e conhece a cultura local de saúde.

Você consegue perceber as possibilidades que a natureza de sua atividade traz para o seu trabalho educativo?

As características relacionadas ao seu trabalho como Agente de Saúde permitem que você tenha acesso a questões do cotidiano da comunidade. Essa peculiaridade da sua função faz toda diferença em um trabalho educativo. A proximidade vivenciada nas relações humanas, compreendendo suas realidades e suas dinâmicas de vida, colabora para mais qualidade nessas relações com as pessoas do território, melhorando o trabalho educativo.



Vamos refletir sobre como você desenvolve o seu trabalho educativo com a comunidade?

Veja como o trabalho educativo é feito em: Maceió, Nova Olinda e Rolândia.



ASSISTA OS VÍDEOS



<u>Webdoc Brasil, aqui</u> <u>tem SUS - Maceió -</u> <u>AL</u>



<u>Webdoc Brasil, aqui</u> <u>tem SUS – Nova</u> <u>Olinda – AM</u>



<u>Trabalho educativo no</u> <u>município de Rolândia</u> <u>– Londrina - PR</u>



VOCÊ CONSEGUE PERCEBER O QUE TEM DE COMUM NAS EXPERIÊNCIAS APRESENTADAS NOS WEBDOCS?

Vimos que as ações consideram os saberes e as realidades das pessoas. Não é mesmo? Ao considerar o que as pessoas sabem e vivem, as ações educativas assim desenvolvidas não impõem o que se deve ou não fazer e permitem que cada pessoa se expresse e escolha o que mais deseja para a sua vida.

E mais...

Aprendemos que é importante pensarmos que, algumas vezes, falar sobre doenças e orientar sobre modos melhores de se viver é necessário. Mas é só isso? Não, muitas vezes é preciso ir além e permitir que cada pessoa se expresse, se abra e se permita ser o que se é.

Esse ponto de partida permite que cada ação educativa seja vista como uma oportunidade de encontro. E esse encontro nos convida a perceber o que se passa com o outro e também o que se passa em nós.





Chegamos ao final desta disciplina e, também, fechamos a Etapa Introdutória.

Até aqui, você pôde refletir sobre a importância do estudo sobre a *Política de Educação Permanente em Saúde* e a *Política de Educação Popular em Saúde* para sua prática profissional.

Você pôde perceber que cada ação educativa é uma oportunidade de compreender a educação como um encontro com o outro que possibilita falar de doenças, prevenção, autocuidado, promoção da saúde, dentre outras questões de uma maneira mais humanizada, leve e menos hierarquizada.

Convido você a avançarmos para a próxima etapa - Formativa I.

Iniciaremos com o estudo da disciplina: Políticas de Saúde, Política Nacional de Atenção Básica e Política Nacional de Vigilância em Saúde no Brasil.

Até breve!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Programa Nacional de Controle da Dengue**. Brasília, DF: MS: FNS, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pncd_2002.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1997. Disponível em: https://pibid.unespar.edu.br/noticias/paulo-freire-1992-pedagogia-d a-esperanca.pdf/view. Acesso em: 20 jun. 2022.

L'ABBATE, S. **Relatos de experiências sobre o desenvolvimento do papel profissional em instituições de saúde**: um espaço de possibilidades. Relatório Preliminar. Campinas: [s. n.], 1994.



BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Art. 196 a 200. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/web_sus20anos/20anossus/legislacao/constituicaofederal .pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação n.º 2, de 28 setembro de 2017**. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: MS, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Diretrizes para capacitação de agentes comunitários de saúde em linhas de cuidado**. Brasília, DF: MS, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O trabalho do agente comunitário de saúde**. 3. ed. Brasília, DF: MS, 2000. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd09 05a.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação GM/MS n.º 02 de 28 de setembro de 2017**. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília, DF: MS, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude_fortalecimento.pdf Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 1.996, de 20 de agosto de 2007**. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília, DF: MS, 2007. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt1996_20_08_2007.html. Acesso em: 20 jun. 2022.

DORNELES, L. L. **Desenvolvimento de infográfico animado para o fortalecimento e disseminação de ações pedagógicas sobre educação permanente em saúde**. 2017. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, 2017.

Conte-nos o que pensa sobre esta publicação. <u>Clique aqui</u> e responda a pesquisa.

